

DENÚNCIAS DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: SENTIDOS ENGENDRADOS EM PUBLICAÇÕES NACIONAIS DA ANPED (2017 – 2021)

Alcione da Silva Vieira¹

Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda²

RESUMO

No presente estudo, tratamos sobre a violência contra as transexuais, fazendo uma análise bibliográfica das publicações nos anais nacionais da ANPED (2017 – 2021). Buscamos, a partir dessa análise, compreender como vem se configurando os estudos sobre violência contra as transexuais, cujos objetivos específicos são: identificar as violências sofrida pelas pessoas transexuais apontadas nos artigos publicados nos anais nacionais da ANPED no período de 2017 a 2021 e mapear as estratégias de resistência e ou sobrevivência das pessoas transexuais explicitadas nos artigos publicados nos anais nacionais da ANPED de 2017 a 2021. No intuito de apresentar, discutir e nos aprofundar nos temas pertinentes nesse estudo, utilizamos as contribuições teóricas de Jesus (2012), Kaas (2012), Amando, Cusati e Miranda (2022), entre outros. Para o percurso teórico-metodológico usamos os estudos de Minayo (2009) sobre pesquisa qualitativa, Gil (2008) ao abordar o caráter exploratório desse tipo de estudo e Bardin (1977) sobre a análise de conteúdo. Concluímos que os estudos analisados em nossa pesquisa apontaram violências contra pessoas trans, no GT 23 nos anais da ANPED, vêm sendo configurados como uma área de pesquisa emergente, mas que ainda enfrentam uma significativa lacuna nas produções acadêmicas, uma vez que dos 70 estudos apenas 3 abordaram a referida temática.

Palavras-chave: Transexuais. Trans. Violência. Transfobia.

ABSTRACT

In the present study, we address the issue of violence against transgender individuals by conducting a bibliographic analysis of publications in the national proceedings of ANPED (2017-2021). Through this analysis, our aim is to comprehend how studies on violence against transgender individuals have been evolving. The specific objectives include identifying the types of violence experienced by transgender individuals as indicated in articles published in the national proceedings of ANPED from 2017 to 2021, and mapping out the strategies of resistance and survival among transgender individuals elucidated in the articles published in the national proceedings of ANPED from 2017 to 2021. To present, discuss, and delve into the relevant themes of this study, we draw on theoretical contributions from authors such as Jesus (2012), Kaas (2012), Amando, Cusati, and Miranda (2022), among others. For the theoretical and methodological approach, we rely on the studies of Minayo (2009) on qualitative research, Gil (2008) in addressing the exploratory nature of this type of study, and Bardin (1977) on content analysis. Our findings indicate that the studies analyzed in our research reveal instances of violence against transgender individuals within GT 23 in the ANPED proceedings. This area of research is emerging, but it still faces a significant gap in academic productions, as out of 70 studies, only 3 addressed the mentioned theme.

Keywords: Transsexuals. Trans. Violence. Transphobia.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Campus do Agreste (CAA). Membro do grupo de pesquisa do CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade/UFPE. E-mail: alcione.silvavieira@ufpe.br

² Professor do Núcleo de Formação Docente (NFD) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC), do Campus do Agreste (CAA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: Marcelo.gmiranda@ufpe.br

A violência é um fenômeno que não se limita as agressões físicas, podendo se manifestar de diversas formas e em várias situações diferentes. Ela pode ser física, psicológica, sexual, econômica, patrimonial e moral, perpetuando consequências as vítimas e a sociedade como um todo. Portanto, dentre as várias causas subjacentes, existe a discriminação às pessoas transexuais ao enfrentarem várias formas de violência que contribuem para a marginalização da comunidade LGBTQIAPN+³.

Diante do que foi exposto, o presente estudo se debruçou sobre a violência contra mulheres transexuais, fazendo uma análise bibliográfica das publicações nos anais nacionais da ANPEd (2017 – 2021). Visto que, embora a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º fale que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança” (Brasil, 1988), o Brasil apresenta uma realidade diferente, negligenciando os direitos das pessoas transexuais (Jesus, 2012).

A exemplo, em 2023, o Grupo Gay da Bahia denunciou que pela 15ª vez, o Brasil foi o país com mais mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+⁴. As mulheres transexuais, protagonistas desse estudo, que integram a comunidade LGBTQIAPN+, não têm segurança e sofrem consequências diárias da violência causada pela transfobia.

A partir do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016, os direitos das pessoas transexuais, até então, em ascensão no país (Aragusuki *et al.*, 2019) passaram a ser alvo, de maneira mais latente, de ataques por políticos religiosos e conservadores em todas as áreas sociais. Tal cenário se agravou durante o período da gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022).

Nesse cenário, o percurso pela busca dos direitos das transexuais foi marcado, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), por uma onda de *fake news* que tentaram negar as suas existências usando a violência “[...] como o principal mecanismo de controle e poder sobre esses corpos, colocando pessoas trans como antagônicas aos direitos de pessoas cisgêneras.” (ANTRA, 2023, p. 10).

Diante desse contexto, a nossa pesquisa se desenvolve a partir da busca pela resposta à seguinte problemática: como vem se configurando os estudos sobre violência contra

³ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais. Disponível em: » [O que significa LGBTQIAPN+? \(orientando.org\)](https://orientando.org/). Acesso em: 25 de fev. de 2024.

⁴ Acesso por meio do *site*: G1.globo.com

transexuais, publicados nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) no período de 2017 a 2021?

É importante pontuar que esse recorte temporal é decorrente do *impeachment* sofrido pela ex-Presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, em que, desde então, o país vem recrudescendo em aspectos misóginos, machistas, transfóbicos, dentre outras manifestações de intolerância e violência, aumentando o neoconservadorismo em uma aliança perversa com o neoliberalismo.

A questão norteadora está orientada pelo objetivo geral de compreender como vem se configurando os estudos sobre violência contra transexuais, publicados no GT 23 nos anais da ANPED no período de 2017 a 2021.

Desdobrado em objetivos específicos, que são: a) Identificar as violências sofridas pelas pessoas transexuais apontadas nos artigos publicados no GT 23 nos anais nacionais da ANPED no período de 2017 a 2021; b) mapear as estratégias de resistência e ou sobrevivência das pessoas transexuais explicitadas nos artigos publicados no GT 23 nos anais nacionais da ANPED de 2017 a 2021.

O estudo apresentado se justifica no âmbito social pela necessidade de levar à sociedade a refletir acerca do preconceito, da discriminação e do mal causado pela violência contra pessoas transexuais, promovendo a tolerância, o respeito e contribuindo para compreensão da igualdade entre todos.

Quanto à sua relevância acadêmica, percebe-se que há necessidade de debater sobre a produção científica que protagoniza a transexualidade, especialmente, considerando que o Brasil é um país marcado por um alto índice de violência contra corpos trans, o que pode ser denominado de transfobia. Além do número restrito de produções científicas sobre a temática, a exemplo dos anais da ANPED, como veremos em breve.

No âmbito pessoal, o interesse se deu a partir da disciplina eletiva: “Educação, gênero e sexualidade”, do Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia da UFPE, Campus Acadêmico do Agreste, através do qual, por meio dos assuntos abordados em sala de aula, nos fez compreender muitas das vivências e dores das pessoas transexuais.

O trabalho estrutura-se da seguinte maneira: na primeira seção buscaremos entender o que dizem os/as autores/as e estudiosos/as sobre a temática sob as perspectivas teóricas assumidas em cada pesquisa. A diante, detalharemos a metodologia adotada neste estudo, os procedimentos necessários em relação às técnicas para coleta e, por último, realizaremos a análise dos dados sobre as referidas produções científicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base do pensamento teórico desta pesquisa está fundamentada nos estudos de autores/as que têm como linha de pesquisa as temáticas referentes à cisgeneridade à luz das teorias de: Jesus (2012), Kaas (2012), dentre outros estudos. Sobre transexualidade, utilizamos: Jesus (2012) Costa e Bersani (2022). Em relação à educação e as temáticas de gêneros e sexualidades, sobretudo, transexualidade, debruçamo-nos sobre os estudos de: Amando, Cusati e Miranda (2022), dentre outras pesquisas.

2.1 TRANSGENERIDADE, TRANSEXUALIDADE E CISGENERIDADE

A palavra transgeneridade refere-se a uma pessoa que se identifica com um gênero diferente do sexo que lhe foi atribuído no nascimento. Sendo assim, as transexuais, como argumenta Jesus (2012, p. 9), “são tratadas, coletivamente, como parte do grupo que alguns chamam de “transgênero”, ou mais popularmente, trans.”

Assim, a palavra transgeneridade é um termo “guarda-chuva”, que envolve as identidades divergentes da inteligibilidade do sistema binário de gênero, dentre essas identidades as pessoas trans (abreviação de transexual ou transgênero). Dessa forma, segundo Costa e Bersani (2022, p. 5):

Por se tratar de um fenômeno complexo, com diversas subdivisões, enquadram-se na definição de transgênero todos os indivíduos que não se reconhecem, e/ou não são reconhecidos, de acordo com os estereótipos e atributos destinados pela sociedade ao homem e à mulher.

Portanto, utilizar o termo “guarda-chuva” é uma forma de reconhecer a diversidade e complexidade das experiências de gênero. Ele oferece uma linguagem inclusiva que permite que pessoas com uma variedade de identidades de gênero encontrem um espaço para se expressar e serem reconhecidas.

No entanto, embora a transgeneridade seja uma realidade que perdura há décadas, as mulheres e pessoas trans enfrentaram e ainda enfrentam uma série de discriminações e violências em sua busca por igualdade e inclusão, conforme aponta Aguiar (2020, p. 25):

Desde o final do século XIX até meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos, o fenômeno que hoje se entende por transgeneridade foi interpretado por

parcela da comunidade médico-científica como um desvio patológico das normas sociais saudáveis de expressão de gênero.

Em outras palavras, por muitos anos, o termo que hoje é lido como transgeneridade, era tido como uma enfermidade “para designar um distúrbio puramente psíquico da identidade sexual” (Moreira, 2019, p. 601). Termo este que foi criado na década de 1950 pelo psiquiatra norte-americano Harry Benjamin, até então dito e conhecido como transexualismo.

Assim, corroborando com o que os profissionais de saúde da época publicaram sobre a transgeneridade, o Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM), utilizado para classificar e diagnosticar transtornos mentais, reforçou, erroneamente, que transexualismo (prefixo “ismo” denota doença) se tratava de transtorno de identidade de gênero. Segundo Aguiar (2020, p. 25):

Esta perspectiva foi então incorporada no Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS, em 1983 e 1990 respectivamente. Em ambos os casos, a transexualidade foi classificada como transtorno de identidade de gênero, uma variante de transtorno mental e de comportamento.

Contudo, é importante destacar que o DSM-5 (2014), apresentou mudanças significativas em relação à transexualidade. O transtorno de identidade de gênero foi removido e substituído por “disforia de gênero”, que é agora classificado como uma condição não patológica, mas ainda reconhecido como uma questão de saúde.

Portanto, essa mudança na classificação como uma condição não patológica, reflete uma maior compreensão e aceitação da diversidade de identidades de gênero e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa às pessoas transgênero. Ainda assim, as pessoas trans no Brasil são marginalizadas e invisibilizadas, sofrendo com a falta de acesso a serviços básicos, como educação, conforme aponta Jesus (2012, p. 11):

Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito à vida, ameaçado cotidianamente.

No que diz respeito às pessoas cisgêneras, de acordo com Jesus (2012), são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Essa condição é tão valorizada e naturalizada em nossa sociedade que, frequentemente, é vista como a única forma válida de identidade de gênero. Isso resulta em uma série de implicações para as pessoas

transexuais categorizando-as ainda como doentes e pecaminosas. Hailey Kaas (2012, s/p.), define a cisgeneridade como:

[...] uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/ subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão ‘alinhados’ [...] Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas trans*, dentro da cisnorma. Ou seja, ela é politicamente vista como ‘alinhada’ dentro de seu corpo e de seu gênero [...] O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada ‘homem’ ou ‘mulher’, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal.

Nesse sentido, a cisgeneridade pode causar uma série de desafios e dificuldades para pessoas não-cisgêneras. A experiência de ser cisgênero é muitas vezes privilegiada e considerada como a norma culturalmente aceita. Nessa perspectiva, a cisgeneridade é uma forma de privilégio que opera no nível individual e estrutural, e que pode levar à exclusão e violência das pessoas trans. Desse modo, Vergueiro (2016, p. 264) fala sobre a cisnormatividade e aponta que:

A cisnormatividade estaria alinhada à heteronormatividade na medida em que se constitui pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgeneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis; tais práticas organizam, entre outros fatores, moralidades, ideais de família e Estado, bem como as possibilidades políticas de pensarmos as diversidades corporais e de identidades de gênero.

Conseqüentemente, entendemos que a cisgeneridade é um privilégio que se faz presente na sociedade, reproduzindo um regime binário de gênero que garante a invisibilidade das pessoas trans e que garante também a manutenção do sistema binário de gênero e, assim, produz as hierarquias e assimetrias que norteiam a distribuição de poder no mundo.

Desse modo, pessoas não-cisgêneras sofrem preconceito e violências diariamente e não têm seus direitos garantidos em conformidade aos direitos de pessoas cisgêneras. Nesse sentido, Amando, Cusati e Miranda (2022, p. 20) pontuam que:

É urgente o desenvolvimento de políticas que envolvam os(as) professores(as) em uma formação séria sobre a diversidade sexual, a fim de acabar com as variadas formas de discriminação que colocam a pessoa não heterossexual [ou transgênera] à margem da sociedade, reprimindo seus comportamentos e alimentando situações de violência que por muitos anos vem custando a vida dessas pessoas.

Logo, tais condições levam a uma série de problemas e questões a serem discutidas. É fundamental que se continue a problematizar e a investigar a cisgeneridade para se compreender

melhor as dinâmicas de poder e inclusão/exclusão que operam na sociedade sobre as pessoas transexuais.

2.2 A VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS TRANSEXUAIS

A violência contra a população trans decorre da transfobia, termo que segundo Jesus (2012, p.11), tem sido usado “para se referir a preconceitos e discriminações sofridos pelas pessoas transgênero, de forma geral”.

É importante ressaltar, no caminho do combate a transfobia, que o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, decidiu que a discriminação e a violência contra pessoas LGBTQIAPN+, incluindo pessoas trans, são consideradas crimes de racismo. Dessa forma, atos de violência, discriminação, incitação ao ódio e preconceito contra pessoas trans podem ser punidos com base na Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989).

No entanto, a lei por si só não assegura que de fato, situações de violências sejam extintas; de acordo com os resultados das pesquisas da ANTRA, em consonância com o projeto *Transrespect Versus Transphobia - Trans Murder Monitoring* (TVT-TMM), situações de violências vivenciadas por pessoas transexuais estão cada vez mais recorrentes.

Devido ao alto índice de violência, no ano de 2022, o Brasil obteve para si, pelo 14º ano consecutivo, a liderança mundial no índice de assassinatos de pessoas transexuais. Apresentando em números, no país, só no ano de 2022, foram notificados o assassinato de 131 pessoas transexuais. De acordo com a ANTRA (2023, p. 27) “O ano de 2022 revelou ainda um aumento de 126% em relação a 2008, o ano que a ONG Transgender Europe (TGEU) iniciou o monitoramento global e que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 131 em 2022.”

Esses dados precisos do ANTRA nos ajudam a compreender que um dos fatores que contribuem para que esse quadro de violência contra pessoas transexuais não seja revertido, é a ausência de iniciativas favoráveis do Governo Federal. Percebemos que é percorrido um caminho contrário, permeado por discurso de ódio em oposição às políticas para LGBTQIAPN+, pois medidas efetivas atingiram diretamente a população trans do país em virtude da crescente onda do conservadorismo.

A partir de 2016, após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), e potencialmente, durante a gestão Michel Temer (2017 – 2018), no Governo Federal; e, por conseguinte, na campanha eleitoral e gestão (2019 – 2022) do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro (atualmente sem partido), os discursos de ódio e medidas contrárias à população

trans, se materializaram e ganharam força e visibilidade no recrudescimento entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Acerca disto, Vicente (2020, p. 61) aponta que:

[...] no início de 2019, o Presidente identificado por alguns setores progressistas como conservador e de extrema direita, Jair Bolsonaro, assumiu, então, o Governo Federal após uma eleição polarizada e permeada de *Fake News*, que versavam, majoritariamente, sobre questões relacionadas à gênero e à sexualidade. Fora adotada, a partir de então, uma perspectiva acusatória e de ataques às expressões não-heterossexuais, na tentativa de marginalizar as conquistas dos movimentos sociais – principalmente os feministas e os LGBTTI+ - e de pôr os movimentos por igualdade e garantia de direitos relativos à população LGBTTI+ como negativos e prejudiciais para o corpo social e para suas instituições supostamente tradicionais e estáveis, como família e casamento.

Portanto, é possível argumentar que durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, houve retrocessos significativos em relação aos direitos LGBTQIAPN+. Pois, Bolsonaro expressou publicamente opiniões transfóbicas ao longo de sua carreira política e continuou a fazê-lo durante seu mandato como presidente. Houve também a tentativa de limitar ou reverter conquistas já alcançadas.

Uma das ações iniciais do governo, segundo Vicente (2020), foi o fim do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos do LGBT (CNCD/LGBT) e do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), que faziam parte da Política Nacional de Participação Social (PNPS).

Além disso, houve uma diminuição das políticas públicas do governo para combater a discriminação, a violência e a exclusão enfrentadas pelas pessoas transexuais, Vicente (2020) denunciou que houveram esforços empreendidos pelo Governo Bolsonaro para dismantlar políticas e programas públicos que antes asseguravam direitos à população LGBTQIAPN+.

Um exemplo foi a extinção do comitê de Gênero, responsável por propor medidas para prevenir a violência de gênero contra os funcionários do Ministério, e o Comitê de Diversidade e Inclusão, que tinha entre suas finalidades o apoio à diversidade sexual, com especial proteção às pessoas LGBTQIAPN+, conforme registrado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2018.

Essa postura contribuiu para a perpetuação de estigmas e preconceitos contra pessoas transexuais, ou seja, reforçando a transfobia, dificultando a conquista de direitos e ampliando as vulnerabilidades dessa população. O ex-presidente Bolsonaro, se posicionou contrário a esses avanços e defendeu pautas conservadoras que atentaram contra a igualdade de direitos para as pessoas cuja orientação sexual ou identidade de gênero fossem contrárias às normas hegemônicas da cisgeneridade. De acordo com a ANTRA (2023, p. 9):

[...] a falta de segurança, as constantes violações de direitos humanos, o uso político da identidade trans na tentativa de criminalizar nossas existências e os casos assustadores de assassinatos que corroboram com o funcionamento e a manutenção do projeto cissexista arquitetado para aniquilar essas existências, e do quanto a violência segue sendo a principal ferramenta na tentativa de extinguir qualquer traço de dissidência as regras de gênero [...].

No que se refere à educação não foi diferente, o cenário educacional do nosso país foi alvo de grandes retrocessos nas pautas LGBTQIAPN+. O ex-presidente Jair Bolsonaro, com discurso extremamente conservador, mascarado de preconceito e LGBTfobias, tomou diversas medidas que afetaram diretamente os direitos educacionais. Nesse contexto, Vicente (2020) expõe em algumas mensagens presentes nos jornais O Globo e Folha de São Paulo, em 2019, sobre ações do ex-presidente Bolsonaro e o reforço da transfobia sobre a população LGBTQIAPN+:

Na esteira da narrativa de “defesa das crianças”, o presidente Jair Bolsonaro anunciou, via Twitter, que o MEC iria elaborar um Projeto de Lei que “proíba ideologia de gênero em ensino fundamental” -Como mais um exemplo das ações do governo Bolsonaro dirigidas às populações LGBTTI+, de acordo com notícias. [...] O Presidente suspendeu, com intervenção da Procuradoria Geral da União e do MEC – que questionou a legalidade do processo seletivo -, o edital específico de seleção de pessoas transgêneros, travestis, intersexuais e não-binários para o ingresso na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) (O Globo apud Vicente, 2020, p. 63-64).

A dissolução da SECADI é exemplo dos ataques da gestão atual do Estado brasileiro às políticas educacionais com foco na diversidade. A iniciativa do, então, Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, é “manobra para eliminar temáticas de Direitos Humanos, educação étnico-raciais e a palavra diversidade” (Folha de São Paulo apud Vicente, 2020, p. 64).

Outras medidas transfóbicas e autoritárias do governo Bolsonaro foi, em 2019, a redução de verbas destinadas às universidades federais brasileiras, alegando que elas promoviam balbúrdia em seus *campi*. A medida foi vista como um ataque à autonomia universitária e à liberdade acadêmica, especialmente porque as universidades atuavam em áreas de pesquisa relacionadas a questões LGBTQIAPN+. Além disso, houve a retirada da categoria gênero da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017).

Dito isto, é relevante ressaltar que os retrocessos ocorridos durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro não representaram apenas um enfraquecimento dos direitos das pessoas trans na esfera social e educacional, mas também um impacto negativo na promoção de uma sociedade inclusiva e diversa para além da lógica binária da cisgeneridade. Esses retrocessos

recrudesceram a transfobia, infelizmente ainda tão presente em nossa sociedade, como anteriormente mencionado.

Portanto, o reconhecimento e garantia dos direitos a políticas públicas e a educação para as pessoas trans, são direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal (1988), dessa forma, a educação tem um papel importantíssimo em promover o respeito à diversidade e a construção de espaços mais inclusivos e justos, sem violência para todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, reforçando o caráter plural e democrático da escola.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Aqui foram abordados todos os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, descrevendo-se os procedimentos necessários e úteis relativos ao objetivo geral: compreender como vem se configurando os estudos sobre violência contra transexuais, publicados nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) no período de 2017 a 2021.

Assim, para alcançar o objetivo geral, elegemos os objetivos específicos: a) identificar as violências sofridas pelas pessoas transexuais apontadas nos artigos publicados nos anais nacionais da ANPED no período de 2017 a 2021 e b) mapear as estratégias de resistência e ou sobrevivência das pessoas transexuais explicitadas nos artigos publicados nos anais nacionais da ANPED de 2017 a 2021.

Dessa maneira, a partir dos objetivos explicitados acima, o presente estudo é de natureza qualitativa, sobretudo, porque valoriza os sentidos produzidos nos artigos publicados nos anais da ANPED (2017 – 2021), sob a perspectiva das pessoas transexuais por meio das e dos pesquisadores. A abordagem qualitativa nos oferece uma maior aproximação com o campo da investigação ao nos aproximar dos aspectos subjetivos produzidos em sociedade e materializados nos referidos artigos, além de dá a importância devida à relação entre sujeito e objeto. Segundo Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A abordagem qualitativa nos permitiu compreender as construções sociais sobre violência contra transexuais, tendo em vista que essa abordagem vai em busca dos sentidos e significados presentes na realidade e materializada nas produções textuais anteriormente mencionadas.

A pesquisa, ao caracterizar o caráter exploratório, ou seja, contribui para conhecermos mais a fundo sobre o objeto pesquisado, atentando-nos a possíveis construções de pesquisadores e pesquisadoras no campo de corpo, gênero e sexualidade que se relacione com a presente temática como processo de mapeamento do campo de produção de conhecimento sobre transexualidade e educação. Nesse contexto, Gil (2008, p. 27) afirma que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Assim, além da pesquisa ser exploratória ela também é bibliográfica. Nesse sentido, a pesquisa é bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento. Soares e Maciel (2000) defendem que o Estado do Conhecimento é uma metodologia mais restrita, definindo-a como um estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre um determinado tema, no caso da nossa pesquisa, os anais nacionais da ANPED.

Segundo as autoras, uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento pode contribuir para ultrapassar alguns limites, pois a diversidade de trabalhos nas diferentes áreas e nas ênfases diversas não colaboram para integrar as pesquisas e seus resultados, além de não explicar as contradições e as incoerências encontradas.

A intenção em saber das produções acerca dos estudos sobre transexualidade na educação, levou-nos a realizar o estudo exploratório dos textos veiculados à ANPED no Grupo de Trabalho (GT) 23: Gênero, Sexualidade e Educação, entre os anos de 2017 a 2021. A delimitação temporal foi justificada, inicialmente, devido ao *impeachment* sofrido pela ex-Presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, em que, desde então, o país vem recrudescendo em aspectos misóginos, machistas, transfóbicos dentre outras manifestações de intolerância e violência, aumentando o neoconservadorismo em uma aliança perversa com o neoliberalismo.

Para analisar os dados utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) como metodologia de análise. A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas que nos ajudam a identificar os sentidos e significados presentes nas referidas produções textuais. A realização da Análise de

Conteúdo foi através do processo da leitura flutuante dos trabalhos escolhidos; da descrição, análise e inferência, conforme sugere Bardin (1977).

A pesquisa foi estruturada a partir do Estado do Conhecimento sobre a temática da transexualidade na educação, tendo como descritores: “transexuais”, “violência”, “trans” e “transfobia”. Após uma primeira leitura dos artigos, foram considerados os trabalhos que mais se aproximaram do nosso objetivo de pesquisa.

Esse estudo foi realizado por meio de uma revisão sistemática da literatura, selecionando e analisando os artigos que tratavam da violência contra transexuais no campo da educação. Foram localizados, 03 (três) artigos que corresponderam à pesquisas relacionadas à temática escolhida, nos anais do GT 23 da ANPED⁵.

Quadro 1- Caracterização dos artigos encontrados e analisados

TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	EDIÇÃO	TOTAL DE ARTIGOS DO GT 23 DA ANPED
Docências trans: entre a decência e a abjeção.	Dayana Brunetto Carlin dos Santos	2017	38º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED	21 artigos
Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia	Sandro Prado Santos	2019	39º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED	29 artigos
Em nome de Deus: a luta trans/travesti cotidiana.	Sara Wagner York et al.	2021	40º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED	29 artigos

⁵ Acesso por meio do *site*: <https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>.

Nas reuniões da ANPEd realizadas em: 2017, em São Luiz do Maranhão; 2019, em Niterói - RJ; e 2021, em Belém do Pará, os resultados das publicações no Grupo de Trabalho 23 - (GT 23) mostraram uma baixa representatividade da temática da violência contra transexuais.

O número total de artigos apresentados nas referidas reuniões foi de 21, 29 e 29, respectivamente, entretanto, apenas 01 artigo em cada reunião abordou a questão da violência e a transexualidade. Os dados indicam que, dentre as 79 pesquisas realizadas e publicadas, a porcentagem representada pelos estudos que abordaram a violência contra transexuais foi apenas de 3.80% do total nas três edições analisadas.

Este cenário indica uma lacuna na produção acadêmica em relação à denúncia da violência contra transexuais nas discussões promovidas pelo GT 23, no campo da educação ao longo desses anos, pois vale destacar que o Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIAPN+ como anteriormente mencionado.

4. TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO E SEUS CAMINHOS DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA ANPED

Nesta seção são apresentadas as análises e discussões dos artigos selecionados. Às 03 pesquisas foram selecionadas nos Anais da ANPED entre as edições bienais de 2017 a 2021, publicizadas no GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação, com foco nas produções bibliográficas que problematizaram acerca da violência contra transexuais no campo da educação, como anteriormente explicitado; e as estratégias de resistência das pessoas transexuais no campo da educação apontadas nos referidos artigos.

4.1 Identificação das violências sofridas pelas pessoas transexuais apontadas nos artigos publicados no GT 23 nos anais nacionais da ANPED no período de 2017 a 2021

As pessoas transexuais têm enfrentado consideráveis desafios em relação à violência. O comportamento transfóbico, conforme aponta a ANTRA (2023, p. 18):

Diz respeito a quaisquer atitudes inferiorizantes, degradantes ou humilhantes que pode ou não incluir agressões físicas, verbais, simbólicas, materiais, patrimoniais e/ou psicológicas manifestadas com o intuito de violar direitos, negar acesso ou dificultar a cidadania, coibir a livre expressão de gênero, assim como a de negar o reconhecimento da autodeclaração de gênero de travestis, transexuais e demais

peças trans, quando sua identidade de gênero for um fator determinante para essas violências ou violações, seja por ação direta ou por omissão.

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde vem ratificar que violência psicológica é “toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa” (Brasil, 2002, p. 20). A violência simbólica contra as trans, de acordo com Pereira (2023, p. 2), “consiste em uma forma de violência contra a identidade de gênero que nega a identidade das mulheres trans, sendo uma parte fundamental da identidade humana e que deve ser respeitada”.

Visando atender ao nosso primeiro objetivo específico, analisamos os estudos de Sandro Santos (2019): “Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia”; e de Sara York *et al* (2021): “Em nome de Deus: a luta trans/travesti cotidiana”. Assim, focamos na identificação dessas formas de violência, a fim de promover sua denúncia e combate.

Vale destacar que o estudo de Dayana Santos (2017): “Docências Trans: entre a decência e a abjeção”, denunciou também as violências sofridas pelas pessoas trans. Entretanto, como foi o único estudo que sublinhou as estratégias de resistência ou sobrevivência da população trans, optamos em categorizá-la no segundo objetivo específico.

Em sua pesquisa, Santos (2019) conduziu um estudo de pesquisa sobre as experiências de pessoas trans na educação em Biologia, com foco nas dificuldades, desafios e vivências dessas pessoas. Utilizando a abordagem da cartografia, o autor compreendeu as complexas relações entre identidade de gênero, educação e biologia, buscando entender como as questões de gênero são abordadas no contexto educacional e as experiências vivenciadas por pessoas trans nesse ambiente.

Santos (2019) relatou que, durante muito tempo, a Biologia reproduziu uma perspectiva binária e cisgênero, ignorando as diversidades de identidades de gênero. Nesse sentido, o autor destaca a importância de desconstruir estereótipos de gênero e promover uma abordagem mais aberta e diversificada em relação à sexualidade e identidade de gênero na educação, sobretudo, na Biologia, que enquanto ciência da vida, pode ser um espaço fértil para tais reflexões e desconstrução de conceitos estigmatizantes e de violência.

Na pesquisa de Santos (2019) o autor relata de maneira implícita, a violência simbólica contra as trans:

No encontro com os/as colaboradores/as, impossível abandonar registros dos ditos e vistos maiores de corpo, gênero e sexualidade na Educação em Biologia, uma dureza

da lógica binária e da oposição da diferença sexual aprisionadas num cárcere genético e fisiológico que captura, naturaliza e homogeneiza as experiências das pessoas trans dentro das narrativas e fronteiras da Ciência (Santos, 2019, p. 3).

O autor apresenta a violência da imposição de normas rígidas e binárias de gênero e sexualidade na educação em Biologia, pois limita e oprime as experiências e identidades das pessoas trans, que foge à regra cisgênera, negando sua diversidade e impondo uma visão restrita e excludente sobre gênero e sexualidade.

Neste contexto, emerge um percurso descrito pelo autor como "custoso, penoso e árduo", uma vez que nele prevalecem sentimentos persistentes de “impossibilidade, “indiferença, exclusão” As abordagens delineadas parecem servir à disciplina dos corpos, à submissão a normas e à obstrução de seu trânsito, insinuando, ademais, a manifestação de violência psicológica, associada aos sentimentos de impossibilidade e exclusão.

No estudo de Sara York *et al* (2021) foram abordadas as questões enfrentadas por pessoas trans e travestis em sua luta diária por reconhecimento, igualdade e dignidade. As autoras destacam ainda a política que esteve em curso no Brasil no período de governo do ex-presidente Bolsonaro, que adotou uma postura fundamentalista/extremista e essencialista encorajando a violência contra as minorias de gênero, em particular as praticadas sobre as travestis e as mulheres trans.

O Estado brasileiro pareceu ter aderido, segundo as autoras, a um fundamentalismo religioso extremista, o que constituiu uma das principais fontes dos discursos (neo)conservadores. Essa postura teve como consequência principal a violência explícita, em especial, dos corpos trans, o que levou a um alarmante aumento nos índices de violência, além de promover a exclusão do acesso aos direitos constitucionais, como o direito à educação.

Adentrando ao objetivo deste estudo, sobre a identificação das violências explicitadas na pesquisa de York *et al*. (2021) “Em nome de Deus: a luta trans/travesti cotidiana” foi apontado dados, de maneira explícita, da violência física sofrida pela população trans no mundo.

As autoras denunciaram a desinformação, a alegação de um suposto pecado e estereótipos negativos que geram processos de exclusão, violência e mortes sobre corpos trans.

No Brasil apenas nos últimos cinco anos o número de pessoas trans/travestis mortas, excede o número do total mundial. No ano de 2020, 175 assassinatos de mulheres trans e travestis foram apresentados no relatório da ANTRA (2021) e destas, 97% eram negras e pardas. Ainda sobre 2020, revela-se o total de 350 casos entre 1 de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2020, em todo mundo (York et al. 2021, p. 4).

Logo, York *et al* (2021) afirmam que a alta incidência de assassinatos de trans, garante ao Brasil o título internacional como o país que mais mata transexuais no mundo. Corroborando com sua afirmativa, os dados do dossiê da ANTRA (2023), afirma que “a cada 48 horas uma travesti ou mulher transexual é assassinada no Brasil”.

Em um demonstrativo entre 2008 e setembro de 2022, a ONG Transgender Europe (TGEU) catalogou 4.639 assassinatos de pessoas trans em todo o mundo. Destes, 1.741 ocorreram no Brasil, o que representa 37,5% de todas as mortes de pessoas trans registradas no período. Nesse sentido, os corpos trans, conforme aponta as autoras, continuam sendo “considerados como abjetos e descentralizados nos aspectos sociais e de proteção à vida” (York *et al*, 2021, p. 4).

Além disso, as mulheres trans frequentemente enfrentam um panorama de violências psicológicas e simbólicas que, embora sutis e por vezes invisíveis, desempenham um papel significativo na sua marginalização e exclusão social perpetuando um ciclo de violência.

O estudo de York *et al.* (2021) ainda proporcionou compreensão sobre as lutas cotidianas enfrentadas por pessoas trans e como essas experiências se relacionam com a educação, visto que, na área educacional, a violência física contra pessoas trans pode ter várias consequências negativas, como um ambiente escolar inseguro e hostil, onde estudantes trans podem se sentir ameaçados e temer pela sua segurança. Assim, “sendo as principais vítimas de transfobia no ambiente educacional e, devido à exclusão, têm menor escolaridade e maior dificuldade de acesso à universidade”, conforme aponta a ANTRA (2023, p. 42).

Diante disto, tanto o estudo de York *et al.* (2021) como o de Santos (2019) abordaram a temática da transexualidade, trazendo um panorama de como as formas de violência, permeadas por estereótipos de gênero, preconceitos e discriminação, acabam por integrar-se insidiosamente no tecido social, perpetuando um ciclo de injustiças e adversidades que dificultam a plena participação e realização das mulheres trans na sociedade.

Em suma, a partir dessas pesquisas, podem emergir diretrizes e práticas pedagógicas que atendam às necessidades e respeitem as identidades de gênero diversas no ambiente educacional.

4.2 Mapeamento das estratégias de resistência e ou sobrevivência das pessoas transexuais explicitadas nos artigos publicados no GT 23 nos anais nacionais da ANPED de 2017 a 2021

Mapear as estratégias de resistência das pessoas transexuais nas pesquisas estudadas é sobre as diversas formas como essas pessoas enfrentam a discriminação e a violência devido à sua identidade de gênero. Das pesquisas estudadas apenas o estudo de Dayana Santos (2017): “Docências Trans: entre a decência e a abjeção” foi possível mapear estratégias de resistência à violência dentro da escola na prática docente das professoras trans.

Nesse estudo, à docência trans, de acordo com Santos (2017), encontra-se em uma encruzilhada entre a decência e a abjeção. Ao mesmo tempo em que a presença de professoras trans nas escolas pode contribuir para a diversidade e a desconstrução de estereótipos de gênero, elas também estão sujeitas a serem alvo de discriminação e violência.

A abjeção está associada à rejeição, ao desprezo e à violência psicológica ao serem vítimas de piadas e comentários preconceituosos por parte de colegas e discentes, por exemplo. Infelizmente, muitas professoras trans ainda são discriminadas em suas escolas, o que pode levar a uma série de consequências negativas, como o desestímulo para o exercício da profissão. Nesse aspecto, Dayana Santos (2017 p. 9) afirma que:

Analisando as atitudes docentes narradas pelas professoras trans entrevistadas para esta pesquisa. Uma perspectiva que se interroga a respeito dos questionamentos das normas instituídas, das práticas promovidas na educação e sobre a manutenção da ordem vigente.

Nesse contexto, foi possível identificar, nos relatos das entrevistas presentes no estudo da referida autora, as estratégias de resistência a essas violências narradas pelas docentes trans. Tais resistências envolviam elas serem debochadas, trabalhavam com a história de maneira crítica e reflexiva via história oral, abordavam as temáticas trans sobre as identidades de gênero não essencializadas como forma de sensibilização e dá visibilidade às questões trans, uma prática docente política e militante na promoção da equidade de gêneros e das multiplicidades das identidades de gênero.

Outra estratégia apontada ainda no referido estudo foi buscar uma competência profissional acima dos colegas e das colegas para conseguir se impor e ter respeito no dia a dia da escola.

Diante do exposto, é perceptível que as professoras trans entrevistadas estão desafiando a maneira como a educação é tradicionalmente estruturada e como as identidades de gênero são “normalmente” compreendidas e abordadas no ambiente educacional. Isso inclui resistência a estereótipos de gênero, demandas por inclusão e respeito às identidades trans e uma chamada para a revisão das formas como a educação está sendo conduzida.

Ao enfatizar a importância de falar sobre o movimento trans, e aproveitar todos os espaços para disseminar essa temática e resistir à transfobia, revelou-se uma estratégia de sobrevivência que busca criar um ambiente mais inclusivo e seguro para as professoras trans, ou seja, reforçando, na medida do possível, o caráter plural e democrático da escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos analisados, no que diz respeito aos tipos de violência enfrentados por pessoas transexuais, é importante destacar que elas sofrem não apenas violência física, mas também simbólica e psicológica.

A violência física se manifestou de diversas formas, desde agressões físicas diretas até assassinatos motivados por transfobia. A violência simbólica ocorreu por meio de discursos e representações que deslegitimam a identidade de gênero das pessoas transexuais, contribuindo para sua marginalização e exclusão social. Já a violência psicológica incluiu discriminação, perseguições e *bullying*, afetando a saúde mental e o bem-estar das pessoas transexuais.

Em relação às estratégias de sobrevivência das pessoas transexuais, elas se baseiam na visibilidade e no ativismo, buscando ampliar o espaço e a representatividade do movimento trans na sociedade, de forma geral, e na escola, de maneira específica. A estratégia foi de defesa da existência e da validação da identidade trans por meio da conscientização e da promoção de mudanças sociais no dia a dia educacional.

Numa perspectiva educacional, é crucial criar ambientes escolares seguros, inclusivos e acolhedores para pessoas trans. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de políticas antidiscriminatórias, formação e sensibilização para docentes e funcionários escolares sobre questões de identidade de gênero, promoção de uma cultura de respeito e aceitação da diversidade, além do apoio psicossocial e a disponibilização de recursos para lidar com situações de violência e discriminação.

Nesse caminho, considerando o nosso objetivo geral: compreender como vem se configurando os estudos sobre violência contra transexuais, publicados no GT 23 nos anais da ANPED no período de 2017 a 2021. Assim, compreendemos que os estudos analisados em nossa pesquisa apontaram violências contra pessoas trans, no GT 23 nos anais da Anped, que vêm sendo configurados como uma área de pesquisa emergente, mas que ainda enfrentam uma significativa lacuna nas produções acadêmicas, uma vez que dos 70 estudos apenas 3 abordaram a referida temática.

Dessa maneira, a violência contra transexuais é um fenômeno complexo e multifacetado que ainda não tem recebido a devida atenção e visibilidade na literatura acadêmica, o que dificulta a compreensão aprofundada desse problema e a implementação de políticas e intervenções eficazes na promoção da equidade de gênero e no fortalecimento do caráter plural e democrático da escola.

Promover a educação e sensibilização sobre as questões das identidades de gênero é fundamental para combater a violência e promover a inclusão de pessoas trans na sociedade e na garantia do direito à educação. Isso inclui a promoção da empatia, o respeito e o reconhecimento da identidade de gênero para além de um fundamento essencialista e biológico como um direito humano fundamental.

Portanto, para enfrentar a lacuna nos estudos acadêmicos sobre violência contra transexuais, é essencial promover um maior engajamento e investimento na pesquisa e na produção de conhecimento nessa área. É igualmente essencial adotar abordagens educacionais que fomentem o respeito, a dignidade e a inclusão de pessoas trans, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AMANDO, M. R.; CUSATI, I. C.; MIRANDA, M. H. G. Normatividade social, Orientação Sexual e Diversidade na Escola: O que dizem as professoras e professores de Educação Física. **EDUCA, Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 9, p. 1-22, jan/dez, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5103>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. 2021. Disponível em: <<https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2023/01/dossientra2023.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

COSTA, A. A.; BERSANI, H. Transgeneridade e desdobramentos do “cistema” binário de previdência social. In: **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

KAAS, H. “**O que é cissexismo?**”. Transfeminismo, 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência Intrafamiliar**: orientações para a Prática em Serviço. Brasília DF: Ministério da Saúde; 2002.

OLIVEIRA, A. L. G. **Educação é um direito de todxs?**: breves apontamentos para uma reflexão acerca das demandas da população (trans) para a educação brasileira. In: Reunião Científica da ANPED, 2016, Curitiba/Paraná. Anais. Curitiba/Paraná: ANPED, 2016.

OLIVEIRA, I.; ROMANINI, M. Sobre existências: as narrativas de vida de mulheres trans e seus modos de resistência. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 419-447, jul./dez. 2019.

Pereira, N., Terceiro, B., & Brasil, V. (2023). VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER TRANS: UM OLHAR METAFÍSICO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA. *Revista Ratio Iuris*, 2(1), 24–46.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / Gay Latino, 2021. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SANTOS, D. B. C. **Os micro-fascismos nossos de cada dia**: captura e sujeição de corpos trans - e outros - nos movimentos sociais, na escola e na academia. In: 11ª Reunião Regional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa. Curitiba/ Paraná, 2016.

SANTOS, D. B. C. **docências trans**: entre a decência e abjeção. In: 38º Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa. São Luis - MA, 2017.

SANTOS, S. P. **Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia**. In: 39ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa. Niterói/ Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, D. S. N.; MIRANDA, M. H. G.; SANTOS, M. C. G. Homofobia e interseccionalidade: Sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. In: **Interritórios**, v. 6, n. 10, p. 200-224, 2020.

SOARES, M., Maciel, F. (2000). **Alfabetização** – Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/INEP.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU) - **Transrespect Versus Transphobia - Trans Murder Monitoring** (TGEU/2021 – TMM. “tvt tmm update • trans day of remembrance 2022”). Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2023/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., MOUTINHO, L., Orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270.

ALCIONE DA SILVA VIEIRA

**DENÚNCIAS DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: SENTIDOS ENGENDRADOS EM
PUBLICAÇÕES NACIONAIS DA ANPED (2017-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 12/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Orientador)

Prof. Me. Luiz Felipe de Oliveira Silva
UFPE
(Examinador interno)

Prof. Me. Nivaldo Belo dos Santos
UFPE
(Examinador interno)